



Evasão e Repetências Escolares: Desafios de consequências Sociais Imprevisíveis

Isaias Belo dos Anjos¹; Joelson Rodrigues Miguel²

Resumo: A Evasão escolar ainda representa um grande desafio para os gestores educacionais. Diversos são os fatores que ocasionam a evasão escolar, dentre eles podem ser citados o trabalho infantil, o fracasso escolar, as desigualdades sociais e a estruturação familiar, que em muitos casos interferem na vida da criança, causando problemas psicológicos que afetam seu rendimento em sala de aula, dentre outros. O presente estudo objetivou uma discussão sobre Evasão e Repetências Escolares, enfocando os desafios atuais e consequências futuras. A metodologia consistiu em revisão integrativa com base nos aportes teóricos de autores como: Brandão (2017); Carvalho (2017); Júnior e Souza Maciel (2017); Melo (2009); Oliveira (2017); Pedralli e Cerutti-Rizzatti (2013); Tavares; Faria e Lima (2012); Vygotsky (1997) e outros. Os resultados demonstraram que os desejos e aspirações dos indivíduos, podem permitir-lhes construir novas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Contudo, a educação precisa ser apresentada aos alunos por um viés que os instigue a aprender, a buscar repostas para suas dúvidas, mas para isso é necessário o envolvimento governamental, garantindo políticas públicas alinhadas com uma formação continuada dos docentes, bem como com o provimento de estrutura e materiais necessários a um bom desempenho pedagógico.

Palavras-chave: Evasão escolar; Repetência; Políticas públicas.

School Dropout and Repetition: Challenges of unpredictable social consequences

Abstract: School dropout still represents a great challenge for educational managers. There are several factors that cause school dropout, among them child labor, school failure, social inequalities and family structure, which in many cases interfere in the child's life, causing psychological problems that affect his performance in the classroom among others. The present study aimed at a discussion on School Evasion and Repetition, focusing on current challenges and future consequences. The methodology consisted of an integrative review based on the theoretical contributions of authors such as: Brandão (2017); Carvalho (2017); Júnior and Souza Maciel (2017); Melo (2009); Oliveira (2017); Pedralli and Cerutti-Rizzatti (2013); Tavares; Faria and Lima (2012); Vygotsky (1997) and others. The results showed that individuals' desires and aspirations can allow them to build new perspectives for insertion and participation in social life. However, education needs to be presented to students by a faithful person who instigates them to learn, to seek answers to their doubts, but for that, government involvement is necessary, guaranteeing public policies aligned with the continuous training of teachers, as well as with the provision of structure and materials necessary for a good pedagogical performance.

Keywords: School dropout; Repetition; Public policy.

¹ Mestrado em Educação pela Florida Christian University. Orlando-FL.

² Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción –PY. Pós-Doutorado pela Universidade Autónoma de Asunción –PY. Pós-Doutorando pela Florida Christian University. Participa dos programas de Educação EAD, Education Without Borders Program. Orientador de Dissertações e Teses pela Florida Christian University. Autor correspondente: joelsonrmiguel@hotmail.com.

Introdução

A Evasão escolar é um fenômeno que tira do ambiente escolar milhares de estudantes que poderão vir a se tornar os futuros excluídos da sociedade. No Brasil o abandono e a evasão escolar são importantes problemas enfrentados por gestores e educadores e, por conseguinte, pela sociedade.

A repetência é um dos maiores motivos que leva o jovem a abandonar os estudos, por motivos de constrangimentos e cobranças da família. É importante rever as falhas do sistema educacional brasileiro, direcionando para a forma de avaliar o aluno, bem como as metodologias aplicadas em sala de aula pelo professor.

Para que a evasão escolar não seja direcionada a escola e professores, são necessárias mudanças na forma de trabalhar a aprendizagem diária, através de novas propostas que envolvam o processo de ensinar e avaliar, levando em conta o desenvolvimento de cada aluno, pois existem alunos mais aplicados e os que têm problemas de receberem e processarem as informações. Assim, cabe ao professor organizar suas atividades em consonância com as diferenças e dificuldades dos seus alunos, possibilitando um melhor rendimento.

Ainda que esses problemas existam no ensino fundamental, é no ensino médio que eles adquirem contornos mais contundentes. Dados da de 2009 mostram que 3,3 milhões de brasileiros de 15 a 17 anos PNAD ingressaram no ensino médio em 2008. No entanto, segundo o Anuário da Educação Básica de 2012, dentre esses, apenas 1,8 milhão (54,5%) concluíram a referida etapa de ensino em 2010.

O anuário supracitado revela ainda que apenas 37,1% dos jovens de 19 anos residentes no Nordeste concluíram o ensino médio, contrastando com os cerca de 60% do Sul-Sudeste. Além de baixas taxas de formandos em qualquer região, tais estatísticas ressaltam as desigualdades sociais que ainda existem no Brasil, e a manutenção das diferenças educacionais tendem a intensificá-las (SHIRASAU; ARRAES, 2018).

A apresentação dos índices referente ao anuário em determinadas regiões, possibilita ver o número de jovens que conseguem concluir o ensino médio. Essa disparidade entre as regiões é grandiosa quando comparada a região Sul-Sudeste com 60% dos jovens com idade de 19 anos finalizarem o ensino, enquanto a região Nordeste apenas 37,1% conclui o ensino médio.

De acordo com Pedralli e Cerutti-Rizzatti (2013), destaca:

O que parece certo é que o movimento de permanência/evasão nesses contextos tem causas diversas. Do mesmo modo, parece certo que o estabelecimento de relações de

diferentes ordens no espaço escolar pode ser determinante no que diz respeito à permanência ou não nesse espaço (PEDRALLI; CERUTTI-RIZZATTI, 2013, p. 7).

As causas que influenciam o afastamento dos alunos da EJA, por exemplo, ocorrem de várias formas e, isso é evidenciado quando recorremos os dados. Cada região tem sua forma de conduzir ou amenizar as causas e a evasão escolar, uma vez que é um fenômeno que atinge o país. É importante destacar que muitas regiões por se só apresenta uma grande dificuldade no quesito econômico e isso afeta a educação como um todo, essas realidades precisam ser analisadas e levadas em questão.

Este estudo discute as causas e consequências da evasão escolar, e a necessidade de políticas públicas de educação mais atuantes e alinhadas em resolver ou minimizar essa dificuldade.

Os preceitos e proposições que constituem o referencial teórico estão pautados nos autores Brandão (2017); Carvalho (2017); Júnior e Souza Maciel (2017); Melo (2009); Oliveira (2017); Pedralli e Cerutti-Rizzatti (2013); Tavares; Faria e Lima (2012); Vygotsky (1997) e outros.

Evasão escolar, repetências e suas consequências sociais

As ações de natureza da evasão, como apontam os dados registrados, não dão conta da questão pelo amplo número de fatores nele implicados. São fatores de caráter de identidade, geografia, familiar, financeira, laboral etc. O Ceará, por exemplo, apesar de ser um estado pobre, cujo PIB situa-se na mediana nacional, tem adotado estratégias focadas na melhoria da qualidade de suas escolas e na redução das taxas de evasão e repetência.

Estratégias como as seguintes políticas: aumento do número de escolas em tempo integral, parceria com as indústrias locais para o fornecimento de estágio remunerado aos alunos, campanhas para melhorar a infraestrutura das escolas, qualificação dos professores e programas de incentivos aos gestores, professores e alunos.

Nos tempos atuais, o estado do Ceará vem se destacando na melhoria do ensino, através de políticas educacionais, projetos que atendem os alunos em dois turnos nas escolas de período integral (escolas profissionalizantes). E na efetivação do quadro profissional de professores, renovando as lacunas com novos professores para atenderem os alunos do ensino médio.

Sobre este exposto Nunes (2017) considera que:

[...] as despesas com a educação profissional no âmbito das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará como um investimento no futuro dos alunos e da sociedade a qual pertencem, a formação recebida por eles pode ser percebida como um instrumento de mudança dessa sociedade e fator de crescimento econômico através de uma educação cuidadosa e abrangente (NUNES, 2017, p. 87).

Neste sentido, as implicações sobre a educação trarão efeitos concretos e visíveis por intermédio deste projeto educacional, proporcionando uma aprendizagem eficaz, e, conseqüentemente o sucesso desses alunos na vida pessoal e profissional, o que reflete ainda positivamente na contenção do estado e na ampliação da sociedade.

Embora a educação no estado do Ceará tenha apresentado sintomas de melhora e resistência não podemos esquecer que não é o bastante, é preciso políticas públicas cada vez mais atuantes. Os índices a seguir mostram que ainda precisamos melhorar bastante, são dados importantes para serem avaliados e discutidos. De acordo com Ceará (2012) em 2008, apenas 8,6% das escolas públicas cearenses de ensino médio apresentaram taxas de evasão maiores que 60%, contrapondo-se a 10,1% das escolas públicas em nível nacional. Segundo dados do Censo Escolar de 2011, o estado apresentou uma das menores taxas de reprovação do ensino médio entre as escolas públicas brasileiras (6,9%), enquanto nacionalmente essa taxa ultrapassou os 14%.

Não obstante o desempenho das escolas cearenses comparado às demais do país, dados da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) em 2012 revelam que ainda são altas as taxas de evasão e repetência no ensino médio, em particular na série inicial, de acordo com a OCDE. Enquanto 12,4% dos alunos abandonam a escola no início da etapa, em torno de 6,4% só o fazem no final. Quanto à repetência, analisada através da reprovação no ano letivo, verificou-se que na 3ª série do ensino médio 4% dos alunos reprovaram, ao passo que, na 1ª série, 9% não conseguiam a promoção.

A repetência é um indicador de ineficiência grave no fluxo escolar, embora a verdadeira dimensão desse problema só transpareça quando se consideram os custos financeiros para a sociedade. Uma recente estimativa do Banco Mundial aponta que o Brasil gasta mais de 11 bilhões de reais por ano com estudantes que repetem de ano, o que corresponde a 12% do total das despesas no ensino básico (BRUNS; VANS; LUQUE, 2012).

Nos tempos atuais, as escolas enfrentam vários fatores que ocasionam a evasão escolar, dentre eles podem ser citados o trabalho infantil, o fracasso escolar, as desigualdades sociais e a estruturação familiar, que em muitos casos interferem na vida da criança, causando problemas psicológicos que afetam seu rendimento em sala de aula, além de outros fatores.

No ano de 1990 ocorreu o primeiro levantamento das informações educacionais, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujo objetivo foi monitorar e avaliar a educação básica, por meio disso, teria um instrumento extraordinário para indicar ações que aprimorem a qualidade do ensino no Brasil.

Dois anos depois o Ceará teve sua primeira avaliação em 1992 para medir o nível de educação. Hoje esse programa é denominado Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica (SPAECE). Desde 2007, ele é aplicado anualmente para todas as séries do ensino médio, gerando assim uma base de dados longitudinal que permite o acompanhamento das informações dos mesmos alunos ao longo do tempo.

As avaliações realizadas pelo governo estadual têm a missão de acompanhar o nível de conhecimento dos alunos, através da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) para alunos do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. De acordo com Oliveira (2017) a avaliação da educação tem um papel importantíssimo, além de ser fundamental na busca da universalização de um ensino de qualidade:

[...] avaliação educacional com foco nos resultados de aprendizagem. Contudo, este processo não deve e não pode se resumir simplesmente à aplicação de provas e questionários, mas a todo um conjunto de ações por parte dos Governos, da comunidade e principalmente dos atores (diretor, coordenadores, supervisores, professores, funcionários e alunos) que diariamente pisam no chão da escola (OLIVEIRA, 2017, p. 18).

Diante desse contexto, sobre o aspecto da Avaliação, é de suma importância que os Governos busquem a responsabilidade para si de estabelecer um parecer a partir da qual as instituições sejam capazes de integrar, de constituir uma metodologia salutar e percebê-lo como fator principal para a melhoria do ensino. É importante ressaltar que o ato de avaliar é imprescindível e saber avaliar cotidianamente e que a oportunidade de aprender nunca se perca, independente do motivo.

Por mais que a evasão escolar esteja presente no dia a dia dos estudantes, a escola ainda é e sempre será o local ideal para aprender, socializar e desenvolver toda a vontade de crescer intelectual dos alunos que buscam aprender a partir do ensino realizado em sala de aula. É através dos seus ensinamentos que as famílias entregam seus filhos para repará-los para o ingresso nas universidades e aprovação nos concursos públicos.

Na concepção construtivista de Vygotsky (1997), o sócio construtivismo ou sócio interacionismo sintetiza no seguinte:

Todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. O desenvolvimento da inteligência é produto da convivência social impregnada de cultura. Na ausência do outro, o homem não se constrói homem. A linguagem interna caracteriza a individualidade. É o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos. A linguagem tem relação direta com o desenvolvimento psicológico (VYGOTSKY, 1997, p. 104).

Diante dessa citação, percebe-se que o conhecimento é adquirido por parceria, no momento em que uma pessoa repassa os conhecimentos e o outro recebe, possibilitando assim, o desenvolvimento da inteligência para sua formação que proporcionara a aquisição e a construção de conhecimento. A esse respeito Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018):

Indica competências e habilidades que são direito das crianças e jovens para se desenvolverem e viverem hoje e em um futuro muito próximo de tal modo que possam apreciar e desfrutar as possibilidades oferecidas pelo mundo. Trabalhar tendo como eixo as competências demanda que os estudantes adotem uma série de posturas diante do conhecimento, diante de si e diante do outro. A escola é o espaço [...] De promoção a uma educação que todas as crianças e jovens aprendam a desenvolver inúmeras posturas, e a primeira delas, essencial, é “aprender a aprender”, para que construam instrumentos que façam com que eles consigam e queiram aprender permanentemente (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2018, p. 16).

No século XXI é possível entender as necessidades de cada indivíduo para sua sobrevivência. Neste caso, pontua-se a vontade de trabalhar muito cedo, interferindo na sua permanência em sala de aula. Essa maturação é consequência de problemas vivenciados na própria família, uma vez que, as maiores das famílias são constituídas apenas pela mãe, que tem a obrigação de trabalhar para sustentar seus filhos e em muitos casos, a mesma impõe as dificuldades para os pais velhos que são obrigados a ajudarem na sobrevivência dos menores, ocasionando sua desistência nos estudos.

Os autores Júnior e Souza Maciel (2017) quando se trata de evasão escolar chamam a atenção para a seguinte questão:

Em relação às práticas pedagógicas, desde a “Pedagogia da Repetência” a escola brasileira tradicional tem sido alvo de sucessivas críticas, que por outro lado tem outorgado às desigualdades sociais e outros fatores externos a culpa pelo fracasso. A própria formação docente, segundo vários autores, tem sido hegemonicamente estruturada em bases excludentes e reprodutoras [...] (JÚNIOR; SOUZA MACIEL, 2017, p. 11).

Embora movidas por conjecturas que repreendam esses processos, acaba gerando certa fatalidade diante o fracasso escolar, em que termina naturalizando e reiterando as responsabilidades ou até mesmo culpas a fatores internos. Outro problema vivenciado neste

século é o uso de drogas, que tiram das salas de aulas crianças, jovens e adultos, causando vários problemas em sua vida.

Segundo Melo (2009) os atrativos que estão fora dos muros da escola são muitos, as drogas são um deles e está “matando” todos os sonhos dos adolescentes, crianças e famílias. O papel da escola diante dessa situação é promover campanhas que mostrem os danos causados pelas drogas, como elas destroem uma vida, as perdas, etc.

Também se podem promover palestras dentro da instituição abordando os temas que mais envolvem a comunidade, os problemas existentes. A mesma tem que perceber que a escola se preocupa com todos, que luta pelas causas. Já que a família não está perto, não está presente, a escola tem que fazer esse papel para tentar não perder esses adolescentes para um mundo muitas vezes sem volta.

Outro ponto determinante ou parcial é a estruturação da escola, que em muitos casos o aluno passa a perder o interesse pelo estudo devido as dificuldades enfrentadas pela própria escola em manter um ambiente digno para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Para que isso não aconteça, os governantes devem investir na educação de qualidade, através de professores capacitados e estrutura digna para atender as necessidades de seus educandos.

Corroborando com o exposto Pereira (2018), explicita que é:

Importante destacar que as escolas devem garantir uma educação de boa qualidade, colocando em prática leis que asseguram os direitos de todos os cidadãos a elas. No entanto, reconhece-se que, na prática da política e da gestão, a educação no Brasil sempre foi colocada em segundo plano; por esse motivo, sempre foi questionada a qualidade de ensino ofertada aos cidadãos brasileiros (PEREIRA, 2018, p. 28).

Neste sentido, se analisarmos a LDB nº 9.394/96, será possível identificar que, nos estados e pequenos municípios, a realidade quanto a educação não é diferente do restante do país. Tornando cada vez mais urgentes propostas que atendam a necessidade não só local, mas do país. Os aspectos que afetam a educação de qualidade e respeito os decretos em Lei também estão ligados a problemas de ordem econômica e social.

De acordo com Gomes (2013) diante dos fatos presentes nas escolas públicas, não só em relação à evasão, mas também em relação às condições precárias das mesmas como: cadeiras quebradas, má alimentação, professores desmotivados, mau uso do espaço, profissionais que não têm interesse em ajudar ao aluno etc., não se pode fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo, não há mais tempo para deixar o tempo passar, soluções tem que ser estudadas e efetivadas o mais breve possível.

É preciso entender que a escola e os professores busquem o melhor para trabalhar a aprendizagem dos seus alunos, mas para que isso aconteça, os alunos têm que participar ativamente desta proposta, buscando sempre superar suas expectativas no aprender. A aprendizagem não acontece somente em sala de aula. Com as novas tecnologias e o acesso gratuito nos laboratórios de informática das escolas, os alunos podem buscar novas aprendizagens a fim de completar ou subsidiar o que está sendo explicado pelo professor em sala de aula.

Em seus estudos direcionados a causa da evasão escolar, Melo et al (2009) afirma que existem três causas principais:

A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública, restringindo a oferta de serviços educacionais. A segunda é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. A terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo (MELO, et al, 2009, p. 5).

Em meio a isso a evasão escolar é decorrência de uma direção que transpõe as paredes da escola, muitos podem ser esses movedores da evasão. Este cenário tem outras questões decisivas que são: metodologia ultrapassada, espaços mais atrativos que a própria escola, drogas, trabalho precoce etc. Quando estas questões são colocadas à prova e são percebidas como problemas que necessitam de um olhar pedagógico e político mudanças surgem.

Além disso, quando tais políticas educacionais passam a apresentar resultados positivos para aprendizagem em outros países, o mesmo pode ser importante e copiado de acordo com as necessidades de cada região, possibilitando que a repetência seja distanciada do meio escolar. Os alunos devem receber o apoio dos professores para suprir as necessidades mais básicas para conseguir atingir seus ideais.

Segundo Carvalho (2017), a Educação de Jovens e Adultos é extremamente importante e precisa que tenhamos um olhar educativo e investigativo quanto as políticas educacionais e:

[...] ressaltamos que a EJA como modalidade tem a própria concepção de ensino, suas diretrizes educacionais, princípios e objetivos e que, portanto, não deve ser compreendida como um “mero mecanismo de correção de fluxo”; ela está para muito além disso (CARVALHO, 2017, p. 159).

Neste sentido, esta modalidade requer um trabalho para este público que busque um suporte teórico metodológico que possa nos dar um aspecto pedagógico sobre as afinidades entre as pessoas envolvidas. Essas pessoas são educandos e educadores, em que os educadores

devem fazer com que esses sujeitos se sintam protagonistas de sua história e que o conhecimento e trabalho entre ambos, possam ser para todos algo libertador e não opressor.

Segundo Ceratti (2008) muitas vezes o aluno coloca a culpa de se evadir da escola na forma com que o professor executa a sua aula e isso pode ser levado em consideração, pois se o docente levar a matéria para a vida do aluno, fazendo relações, despertando o interesse do mesmo de forma dinâmica e atrativa, o estudante se motivará para tal e perceberá que o esforço valerá a pena.

Não se pode deixar que o aluno pense que o estudo é apenas memorizar certos conteúdos para expor em uma prova, se isso acontecer certamente ocorrerá o desinteresse e conseqüentemente aos poucos o mesmo deixará os estudos. É inadmissível que um professor não busque recuperar seus alunos quando apresentam dificuldades na aprendizagem, recuperá-los possibilita que a série que está ministrando seja destaque diante de outras que não usam desta mesma metodologia. Portanto, é importante que o professor tenha uma percepção da participação ou recusa de cada aluno, para assim, buscar solucionar qual a dificuldade deste aluno.

De acordo com Craveiro e Freitas (2017):

No que diz respeito ao significante docente, os sentidos de maneira ampla sinalizam algumas atribuições do trabalho do professor como a necessidade de promover a prática, a escolha de métodos de aprendizagem, a elaboração do projeto político pedagógico na escola, provocar a curiosidade e anseio dos alunos mediante o conhecimento apresentado. Já o docente na modalidade EJA, é significado com algumas especificidades que devem ser contempladas desde a formação na licenciatura (CRAVEIRO; FREITAS, 2017, p. 9).

Cada modalidade de ensino tem sua especificidade, e com a EJA não seria diferente, o que mais exige do docente nesta modalidade é que os sujeitos que frequentam as salas de aula são marcados por uma vida difícil, que tem muitos empecilhos pessoais e sociais que influenciam a sua ausência a sala muitos já estudaram e viram sua vida distanciada dos muros da escola por diversas circunstâncias, e é em cima disso que o educador deverá trabalhar, entender as peculiaridades de quem se está ensinando, como intervir significativamente e pedagógico. Além disso, a formação docente faz-se necessária e presente, pois só através de uma formação adequada conseguirá desenvolver com seus alunos metodologias diferentes, fundamentadas na averiguação e na pesquisa.

A metodologia a ser aplicada é a ferramenta essencial para trabalhar a aprendizagem dos alunos. Pode ser determinante o tempo em que o aluno permanece em sala de aula. Nas

escolas de tempo integral, os alunos recebem no primeiro turno o conhecimento de acordo com a grade curricular e no segundo turno o curso profissionalizante ofertado pela escola integral.

Outra questão que merece atenção é que a evasão não é o único fenômeno, mas a repetência também preocupa. Muitos estudos que mostraram que diversas instituições têm criado e aprovados alunos que não estão preparados para as séries futuras só para não tê-los nas mesmas salas todos os anos. A repetência trás impactos negativos não só para o aluno, mas para a própria família, possibilitando o desinteresse em continuar os estudos.

Quando direcionado ao sistema educacional, existe a forma de burlar o sistema remanejando o aluno para outra escola, ou através de uma nova matrícula. Segundo Tavares et. al. (2002), o maior problema do sistema educacional brasileiro não é a evasão, mas as elevadas taxas de repetência. Pois, ao final de cada ano, os pais podem matricular os seus filhos em outra escola ou a escola pode rematricular os alunos repetentes como novos alunos, levando a uma subestimação da repetência e a superestimação da evasão.

Nos estudos que abordam o problema da repetência geralmente se encontra uma discussão sobre a cultura da retenção em detrimento da progressão e os seus efeitos sobre o desempenho, sobre a trajetória escolar do aluno e sobre a atuação como fonte potencial para a evasão. Por um lado, associa-se repetência à qualidade do ensino e, conseqüentemente, à formação do aluno.

Ao permitir que o discente avance sem os conhecimentos necessários para a etapa educacional posterior, levando consigo as deficiências das fases anteriores. Por outro lado, argumenta-se que reter o aluno, além de não garantir o seu aprendizado, é prejudicial em termos comportamentais e individuais. É importante destacar que as escolas e professores recuperem seus alunos nas atividades, nas avaliações e nas explicações, quando o mesmo tem dificuldades de participar, através de respostas sobre um determinado assunto.

De acordo com Júnior e Souza Maciel (2017):

[...] a realização educacional não se limita ao acesso à escola ou o tempo geral de escolarização. Importa converter este período, hoje de 04 a 17 anos, em permanência e aprendizagem. Infelizmente, nossa história social é marcada por funcionamentos ineficientes dos sistemas de ensino, que convertem muitos anos de frequência à escola em poucos anos de estudo concluídos e, ainda assim, com baixa proporção de habilidades desenvolvidas (JÚNIOR; SOUZA MACIEL, 2017, p. 3).

São diversos os motivos pelos quais muitos alunos têm se afastado das escolas. A realidade brasileira tem evidenciado que o baixo rendimento é a desistência dos alunos são conseqüências também do distanciamento das famílias o que inviabilizam o prosseguimento

dos estudos dos discentes. Quando a família não tem uma relação próxima com a escola fica difícil que os alunos permaneçam, pois não tem apoio de seus pais o que gera a evasão ou abandono.

Como se não bastasse as práticas pedagógicas que não fazem relação com os estudantes, isso em muitos casos dificultam a aprendizagem do alunado, conteúdos repetitivos, organização insuficiente. Em decorrência de tudo isso a realidade do ensino fica em segundo plano, precisamos considerar a educação não apenas como direito basilar, mas como uma necessidade pública. A partir dela a opressão, a intolerância e muitas doenças sociais vai perdendo espaço.

Considerações finais

A evasão escolar tem sido uma problemática cada vez mais encontrada nas escolas públicas do Brasil, especialmente nas de zona rural, entre os alunos do ensino fundamental II e médio. A maior dificuldade encontrada por gestores, professores, equipe pedagogia e autoridades é a de apontar as possíveis causas do abandono da escola por parte dos alunos, tendo em vista que não são únicas, ou seja, são próprias de cada contexto e de cada indivíduo.

A realidade escolar a qual estamos vivenciando hoje no país é preocupante. Cada dia mais o mercado de trabalho exige competências que os alunos não necessariamente serão capazes de atender. Tal situação tem um impacto nos índices de desemprego por falta de qualificação. Brandão (2011) já alertava para essa realidade: estamos razoavelmente distantes da universalização, onde a qualidade do ensino e a oferta da educação existe, porém não se tem garantida a permanência desses alunos na escola. Esse ainda é um imenso desafio a ser ainda enfrentado.

Outro fator relevante é a estruturação do currículo da instituição quanto ao atendimento dos alunos diante suas especificidades, essa é uma das necessidades pouco atendidas. É necessário encontrar maneiras de se conduzir uma ação conjunta de todos os envolvidos, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Respeitando suas individualidades, ritmos, processos cognitivos entre outros aspectos extremamente significativos.

Diante do exposto é possível inferir que a educação, apesar de ser um direito básico e constitucional de todo cidadão, fatores como a falta de formação adequada ou não continuada ainda persistem como um percalço que inviabiliza a construção do conhecimento. O problema se torna mais amplo quando adentramos de fato nas questões específicas: desde as de natureza

governamental até a ausência dos familiares na escola. Neste último caso, podemos tentar redesenhar o cenário, através de uma conscientização social e cultural, capazes de reverter esse quadro.

Portanto, do ponto de vista social e individual, a escola ainda representa uma grande oportunidade para enfrentamento e superação de muitas das limitações que o contexto apresenta. Os desejos e aspirações dos indivíduos, pode permitir-lhes construir novas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Contudo, observe-se que isso requer a permanência do estudante na escola. No caso da educação brasileira, as condições de acesso e de permanência do estudante na escola ainda são um desafio.

Neste sentido, o desejo de que os jovens voltem a escola com um olhar diferenciado sobre suas responsabilidades enquanto sujeito, não é uma utopia. De fato esse cenário pode ser alterado de forma positiva, porém a necessidade de um trabalho conjunto se faz presente. A educação precisa ser apresentada aos alunos por um viés que os instigue a aprender, a buscar repostas para suas dúvidas, mas para isso é necessário o envolvimento governamental, garantindo políticas públicas alinhadas com uma formação continuada dos docentes, bem como com o provimento de estrutura e materiais necessários a um bom desempenho pedagógico.

Referências

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- BRUNS, B.; E.VANS, D.; LUQUE, J. **Achieving World-Class Education in Brazil: The next agenda**. Direction in Development, The World Bank, Washington, 190 p., 2012.
- BNCC. **A Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica**. Organização Tereza Perez. São Paulo: Editora Moderna, 2018.
- CARVALHO, E. **O poder público estatal e políticas educacionais de correção do fluxo escolar no município da Serra-ES**. 2017. 185f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- CRAVEIRO, C. B.; FREITAS, A. V. **Sentidos para a formação docente nas Políticas Curriculares em documentos Íbero-Americanos e brasileiros**: Journal of Supranational Policies of Education (JoSPoE), n. 6, 2017.
- GOMES, M. A. G. **Os desafios da evasão escolar no ensino médio de uma escola pública de Fortaleza-Ce**. Disponível em: <ww2.faculdadescearenses.edu>. 2013. Acesso em: 19 de abril de 2018.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2008**. IBGE, 2009.

JÚNIOR, F. T.; S, J. R.; SOUZA MACIEL, M. **Análise da evasão no sistema educacional brasileiro**. Revista Pesquisa e Debate em Educação, v. 6, n. 1, 2017.

MELO, L. C.C. et.al. **Motivos da Evasão Escolar**. Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, M. G. B. **O financiamento da educação profissional técnica integrada ao ensino médio na rede pública estadual do Ceará: o caso da alimentação escolar**. 2017. 96f. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

OLIVEIRA, R. A.; et al. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE): uma análise de sua contribuição, enquanto política pública, para as escolas estaduais de ensino médio da CREDE 3-Acaraú**. 2017. 184f. Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2017.

PEDRALLI, R; CERUTTI-RIZZATTI, M. E. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 13, n. 3, 2013.

PEREIRA, N. N. A. **Desafios da prática docente em Geografia e a diversidade dos alunos: um estudo de caso em escolas do ensino fundamental dos anos finais do município de Iporá-Go**. 2017. 114f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2018.

SHIRASAU, M. R.; ARRAES, R. A. **Determinantes da evasão e repetência escolar**. Disponível em: <www.anpec.org.br>. Acesso em 12 de abr. 2018.

TAVARES J. F; FARIA, V. B.; LIMA, M. A. de. **Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas**. Estudos em Avaliação Educacional, v.23, n.52, p.48-67, maio 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas V: fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

DOS ANJOS, Isaias Belo; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Evasão e Repetências Escolares: Desafios de consequências Sociais Imprevisíveis . **Id on Line Rev.Mult.Psic.**, Julho/2020, vol.14, n.51, p.895-907. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 12/07/2019;
Aceito: 23/07/2020.